

RELATÓRIO DAS AUDIÇÕES EFECTUADAS SOBRE
PORTUGUESES CIGANOS NO
ÂMBITO DO ANO EUROPEU PARA O DIÁLOGO
INTERCULTURAL



ALEXANDRA CASTRO
17 MARÇO 2009

Aspectos positivos



- Preocupação da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura sobre uma questão central da cidadania em Portugal
- Consulta a um conjunto alargado e diversificado de entidades e individualidades incluindo elementos da população cigana, com diferentes perfis, idades, qualificações académicas e experiências profissionais
- Sistematização do conhecimento acumulado
- Olhar atento e relativamente exaustivo às maiores áreas de integração social, não tendo havido uma selecção sobre os temas e as questões relevantes a enfrentar politicamente

Aspectos positivos



- Rompe com uma visão que tende a acentuar o carácter homogéneo da população cigana, enfatizando a diversidade interna ao grupo
- Promove o debate e a visibilidade pública em torno dos problemas de discriminação e de exclusão social que esta população enfrenta
- Habilita os decisores políticos com alguns elementos à formulação de iniciativas legislativas e políticas

Aspectos a aprofundar e esclarecer

Necessidade de contextualização do Relatório



FORMA: Quem disse o quê? A propósito de que situações? Baseado em que tipo de conhecimento?

Conhecimento sustentado cientificamente ou conhecimento do senso comum?

Qual a perspectiva dos próprios ciganos sobre os factores que facilitam ou bloqueiam os processos de integração?

Qual o grau de adesão dos próprios ciganos a algumas soluções que são apontadas?

Aspectos a aprofundar e esclarecer

Necessidade de contextualização do Relatório



CONTEÚDOS:

1) As afirmações de diferentes intervenientes acabam por parecer generalizações de conhecimentos parcelares:

Qual a legitimidade para se atribuir a algumas famílias ciganas a responsabilidade da sua falta de integração e de contribuir para o reforço dos estereótipos?

Porque razão não foi possível identificar de forma mais sistemática as competências, habilidades e potencialidades da população?

2) A apresentação de diferentes modelos de intervenção sem se perceber o contexto onde foram aplicado:

Quais os factores que contribuíram para o sucesso das intervenções já realizadas?

Contextualizar



- Levantamento rigoroso e exaustivo das necessidades sociais e económicas da população cigana
- Avaliação de impactes e sistematização das acções já desenvolvidas junto da população, identificando-se os factores de sucesso e insucesso
- Análise da aplicabilidade de “boas práticas” a diferentes contextos
- Reflexão em torno das modalidades de governança para se obter ou construir consensos para a acção

Principais Critérios de Sucesso de Intervenções Públicas na Habitação

Consenso Político

- Liderança municipal
- Envolvimento de todas as forças políticas presentes na Assembleia Municipal
- Partilha de custos entre entidades locais

Combinação de iniciativas locais com planos nacionais

- Criar alianças e redes entre o nível nacional, distrital, local

Constituição da parceria

- Grupo de trabalho para coordenar actores envolvidos, facilitar consenso político, desencadear a implementação de acções
- Envolvimento activo dos beneficiários das acções

Respostas integradas e sistémicas

- Processos multidimensionais de inclusão social

Serviços orientados para os clientes

- Processos de inclusão social de longo prazo
- Envolver beneficiários na determinação das suas necessidades
- Abordagem individualizada, continuada e flexível

Competências profissionais

- Desenvolvimento de competências profissionais adaptadas de todos os actores envolvidos

Monitorização e avaliação

As estruturas de acolhimento para itinerantes: discriminação positiva territorializada ou pretexto para a resolução de problemas dos mal alojados?



ITINERANTES

Satisfazer necessidades momentâneas de estadia com condições de conforto

Satisfazer o direito de circular e permanecer

Garantir o acesso à educação e à saúde

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Evitar instalações ilícitas

Evitar/ resolver problemas de coexistência

Solucionar problemas habitacionais

Demarcar funcionalmente o território

Fomentar a inclusão social

RISCOS ????

Problemas associados à criação de estruturas de acolhimento para populações itinerantes



1

Modalidades de criação das áreas

2

Condições de acesso e de ocupação

3

Formas de gestão e recursos

Problemas associados à criação de estruturas de acolhimento para populações itinerantes



1

Modalidades de criação das áreas

Dificuldades na construção do diagnóstico de necessidades

Aparecimento de lugares específicos e a obrigatoriedade de parar em certos sítios:
Reforço da regulamentação?

Redução da livre circulação e permanência dada a inexistência de áreas em nº suficiente

Locais periféricos face às centralidades urbanas e etiquetados negativamente

Problemas associados à criação de estruturas de acolhimento para populações itinerantes



2

Condições de
acesso e de ocupação

Heterogeneidade social da população que poderá ter acesso e os problemas de coexistência daí decorrentes

A fixação da duração de permanência ou o risco de uma habitação provisória definitiva?

A fixação de trajetórias entre áreas: uma lógica da gestão territorializada da pobreza?

3

Formas de gestão e
recursos

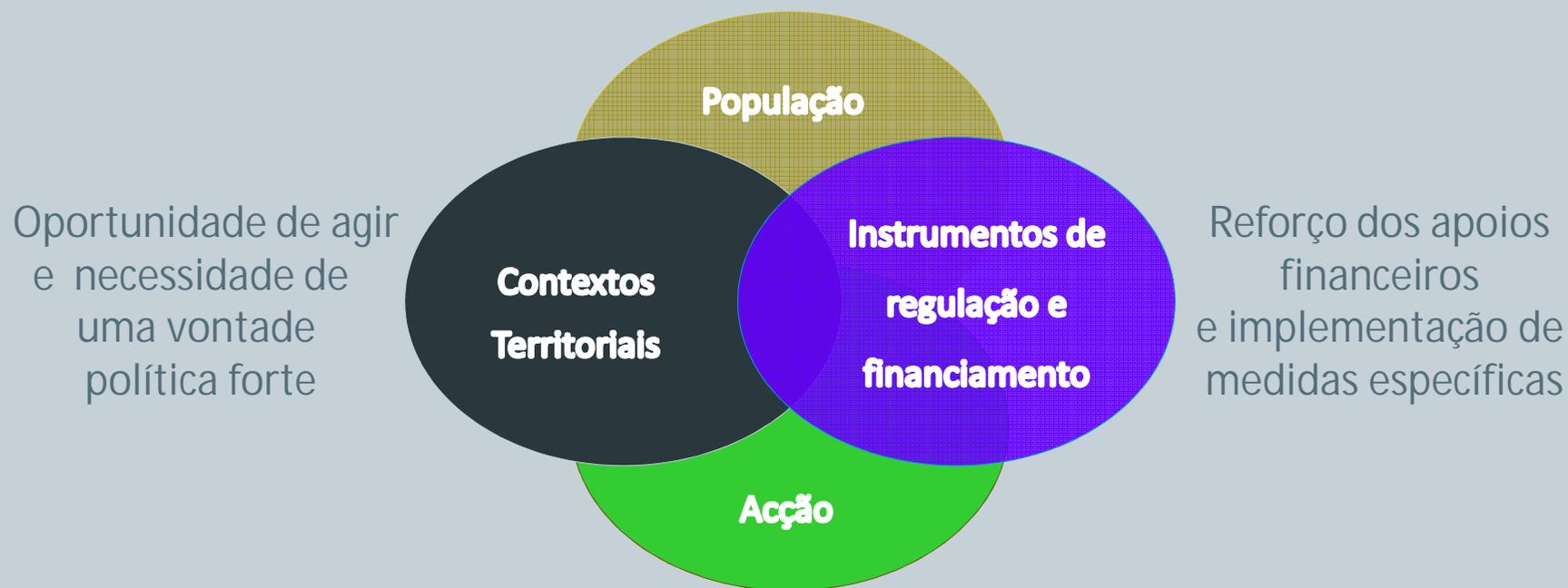
Entidade pública, privada ou outra a assumir a gestão: competências a mobilizar

Dificuldades financeiras para garantir as condições que permitam a inserção e o acompanhamento continuado e próximo

A necessidade de uma intervenção integrada e sistémica



Diagnóstico de necessidades e das capacidades presentes



Estabelecimento de planos estratégicos e de acção

A Europa e a População Cigana

Dezembro de 2007: Resolução do Conselho Europeu, reunido em Bruxelas sob a presidência portuguesa

“... O Conselho Europeu, consciente da situação muito específica com que se encontram confrontados os Rom em toda a União, convida os Estados-Membros e a União a recorrerem a todos os meios para melhorarem a sua inclusão”, a analisar as políticas e os instrumentos em vigor e a apresentar um relatório ao Conselho sobre os progressos alcançados até ao final de Junho de 2008

Julho de 2008: a Comissão Europeia divulga o Relatório: Non-discrimination and equal opportunities: A renewed commitment. Community Instruments and Policies for Roma Inclusion

Existe um sólido quadro de instrumentos legislativos, financeiros e de coordenação política ainda que com um défice de aplicação nos Estados-Membros, sendo necessário reforçar o uso dos Fundos Estruturais em articulação com outros processos.

Década para a inclusão dos ciganos (2005-2015)

Planos Nacionais de Acção para a Inclusão

A Europa e a População Cigana

Fevereiro 2009: Comissão Europeia apresenta a Proposta de Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social

“É necessário um trabalho continuado para (...) dar resposta às múltiplas desvantagens com que se confrontam as populações ciganas e à sua vulnerabilidade à exclusão social”

“a maioria dos países carece ainda de um quadro político global, também devido à indisponibilidade de dados e de uma base de conhecimento insuficiente.”

Julho 2007: Rede Europeia de Cooperação para a Inclusão Social da Comunidade Cigana

Promover o uso dos Fundos Estruturais da União Europeia para melhorar a eficácia das políticas dirigidas à comunidade cigana e favorecer a sua inclusão social, desenvolvendo um enfoque comum de trabalho e criando um espaço de debate

Recomenda-se a presença de responsáveis pela programação e gestão dos fundos estruturais e responsáveis pela elaboração de medidas de política

Do nível internacional ao local

Iniciativa
Internacional

Processo
Europeu de
Inclusão social

Criação de
múltiplos
organismos sob
tutela
ministerial

Fraca
articulação
entre o nível
central e local

Do nível internacional ao local

Iniciativa

Internacional

- Década para a Inclusão dos Ciganos (2005-2015)
- 12 países já aderiram
 - Portugal já terá respondido ao convite?

Processo Europeu de Inclusão social

Criação de múltiplos organismos sob tutela ministerial

Fraca articulação entre o nível central e local

Do nível internacional ao local

Iniciativa
Internacional

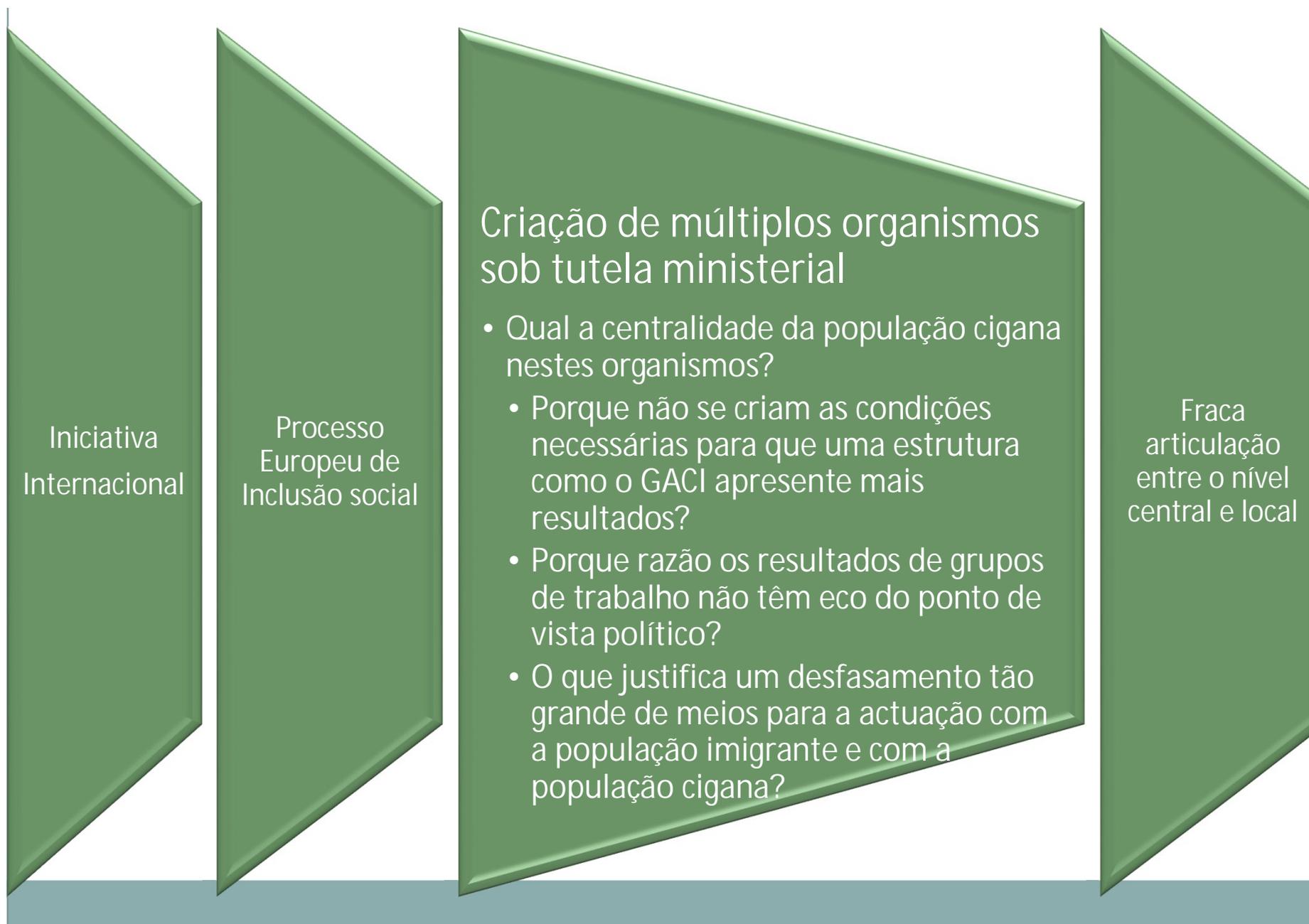
Processo Europeu de Inclusão social

- Quatro gerações de Planos Nacionais de Acção para a Inclusão Social (2001-2010)
 - Porque não se definiram medidas ou estas são escassas e pontuais?
 - Porque não se seguem as orientações da Comissão Europeia na utilização dos fundos estruturais em projectos destinados às populações ciganas?

Criação de
múltiplos
organismos
sob tutela
ministerial

Fraca
articulação
entre o nível
central e local

Do nível internacional ao local



Do nível internacional ao local

Iniciativa
Internacional

Processo
Europeu de
Inclusão
social

Criação de
múltiplos
organismos
sob tutela
ministerial

Fraca articulação entre o nível
central e local

- Como traduzir as necessidades sentidas localmente em instrumentos de regulação e financiamento?
 - Qual o papel das redes sociais locais e das plataformas supra-concelhias?
- Como combater práticas sociais marcadas pelo anti-ciganismo que impedem a eficácia de políticas sociais públicas de cariz universalista relativamente avançadas?

A situação não nos
pode baralhar!

Há muitos caminhos
possíveis....

Mas é preciso
combater os
obstáculos que se
encontram no
caminho onde nos
situamos...





A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL SÃO O RESULTADO DE
UMA UMA RELAÇÃO SOCIAL
ENTRE UM SISTEMA DE OPORTUNIDADES E UM SISTEMA
DE COMPETÊNCIAS/CAPACIDADES



Temos de abrir
portas...

